



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIII — N.º 77

DISTRITO FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 19 DE JUNHO DE 1958

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessão conjunta para apreciação de "veto"

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, e do art. 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 10 de julho próximo, às 15 horas, no edifício da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 2.217, de

1956, na Câmara dos Deputados, e n.º 74, de 1958, no Senado Federal) que fixa os efetivos dos oficiais dos Corpos e Quadros da Marinha de Guerra e dá outras providências.

Senado Federal, em 13 de junho de 1958

Senador Apolônio Salles

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

Mesa

Presidente — João Goulart (Vice-Presidente da República)
Vice-Presidente — Senador Apolônio Salles

1.º Secretário — Senador Cunha Mello.

2.º Secretário — Senador Freitas Cavalcanti.

3.º Secretário — Senador Victorino Freire

4.º Secretário — Senador Domingos Vellasco

1.º Suplente — Senador Mathias Olympio

2.º Suplente — Senador Prisco dos Santos.

Líderes e Vice-Líderes Da Maioria

Líder: Filinto Müller.

Vice-Líderes:

Gaspar Veloso.

Lima Guimarães.

Gilberto Marinho.

Da Minoria

Líder: João Villasboas.

Vice-Líder: Rui Palmeira.

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Filinto Müller.

Vice-Líder: Lameira Bittencourt.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Lima Guimarães.

Vice-Líderes:

Mourão Vieira.

Saulo Ramos.

DA UNIAO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.

Vice-Líder: Rui Palmeira.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Atílio Vivacqua.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Kerginaldo Cavalcanti.

Vice-Líder: Lino de Mattos.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Norval Filho.

Comissão Diretora

Apolônio Salles — Presidente.

Cunha Mello.

Freitas Cavalcanti.

Victorino Freire.

Domingos Vellasco.

Mathias Olympio.

Prisco dos Santos.

Secretário: Luiz Nabuco (Diretor Geral da Secretaria).

Comissão de Constituição e Justiça

Lourival Fontes — Presidente.

Daniel Krieger — Vice-Presidente.

Gilberto Marinho.

Benedito Valadares.

Gaspar Veloso (1).

Ruy Carneiro.

Argemiro de Figueiredo.

Lima Guimarães.

Rui Palmeira.

Atílio Vivacqua.

Lino de Mattos.

(1) Substituído temporariamente pelo Senador Lameira Bittencourt.

Secretário — Odenegus Gonçalves Leite.

Reuniões — Quartas-feiras, às 10.30 horas.

Comissão de Economia

Carlos Lindenberg — Presidente.

Fernandes Távora — Vice-Presidente.

Alô Guimarães.

Mendonça Clark.

Lima Teixeira (1).

Alencastro Guimarães.

Argemiro de Figueiredo.

Juracy Magalhães.

Lino Prestes.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Neves da Rocha.

Secretário: Ily Rodrigues Alves.
Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Educação e Cultura

Mourão Vieira — Presidente.

Públio de Mello — Vice-Presidente.

Neilson Fermo.

Mem de Sá.

Saulo Ramos.

Ezequias da Rocha.

Reginaldo Fernandes.

Secretária — Diva Galicetti.

Reuniões — Sextas-feiras, às 15.30 horas.

Comissão de Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente.

Vivaldo Lima — Vice-Presidente.

Lameira Bittencourt.

Ary Viana.

Lima Guimarães.

Onofre Gomes.

Paulo Fernandes.

Carlos Lindenberg.

Mathias Olympio.

Fausto Cabral.

Daniel Krieger.

Juracy Magalhães.

Júlio Leite.

Othon Mäder.

Lino de Mattos.

Novais Filho.

Auro Moura Andrade.

Suplentes

Gaspar Veloso.

Otacílio Jurema.

Mourão Vieira.

Atílio Vivacqua.

Lino Prestes.

Mem de Sá.

Secretário: Renato de Almeida

Chermont.

Reuniões: Sextas-feiras, às 10 e 30 horas.

Comissão de Redação

1.º Ezequias da Rocha — Presidente (*)

2.º Sebastião Archer — Vice-Presidente.

3.º Públio de Mello.

4.º Rui Palmeira.

5.º Saulo Ramos (1).

(*) Substituído, interinamente, pelo Senador Julio Lene.

(**) Substituído, interinamente, pelo Senador Mourão Vieira.

Secretária — Cecília de Rezende

Martins.

Reuniões — Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Relações Exteriores

João Villasboas — Presidente.

Bernardes Filho — Vice-Presidente.

Georgino Avelino.

Gilberto Marinho.

Benedito Valadares.

Lourival Fontes.

Gomes de Oliveira.

Rui Palmeira.

Moura Andrade.

Secretário: J. B. Castelo Branco.

Reuniões: Quartas-feiras, às 17 horas.

Comissão de Saúde Pública

Reginaldo Fernandes — Presidente.

Alô Guimarães — Vice-Presidente.

Pedro Ludovico.

Ezequias da Rocha.

Vivaldo Lima.

Secretária — Diva Galicetti.

Reuniões — Quartas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Legislação Social

Lima Teixeira — Presidente (**).

Ruy Carneiro — Vice-Presidente.

Lameira Bittencourt.

Primio Beck.

Lino de Mattos.

Waldemar Santos.

Sylvio Curvo.

João Arruda.

Artindo Rodrigues (*).

(*) Substituído temporariamente pelo Senador Gomes de Oliveira.

(**) Substituído temporariamente pelo Sr. Gomes de Oliveira.
Secretário — Pedro de Carvalho Müller.
Reuniões — Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

Onofre Gomes — Presidente.
Caetano de Castro — Vice-Presidente.
Pedro Ludovico.
Sa Tinoco.
Alencastro Guimarães.
Sylvio Curvo.
Jorge Maynard.
Secretária: Romilda Duarte.
Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

Prisco dos Santos — Presidente.
Gilberto Marinho — Vice-Presidente.
Ary Vianna.
Nelson Fermo.
Caetano de Castro.
Neves da Rocha.
Mem de Sá.
Secretária: Ily Rodrigues Alves.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

De Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Jorge Maynard — Presidente.
Neves da Rocha — Vice-Presidente.
Waldemar Santos.
Coimbra Bueno.
Novas Filho.
Secretária: Maria Cherubina Costa.
Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas.

Comissões Especiais

De Revisão do Código de Processo Civil

João Villasboas — Presidente.
Georgino Avelino — Vice-Presidente.
Atílio Vivacqua — Relator.
Filinto Müller.
Secretário: José da Silva Lisboa.
Reuniões: Quartas-feiras.

Comissão Especial incumbida de elaborar os Projetos do Código Eleitoral e do Código Partidário.

João Villasboas — Presidente.
Mem de Sá — Vice-Presidente.
Gaspar Velloso — Relator do Projeto do Código Eleitoral.
Gomes de Oliveira — Relator do Projeto do Código Partidário.
Lameira Bittencourt.
Francisco Arruda — Secretário.

De Mudança da Capital

Coimbra Bueno — Presidente.
Paulo Fernandes — Vice-Presidente.
Atílio Vivacqua — Relator.
Alberto Pasqualini. (1)
Lino de Mattos.
1) Substituído temporariamente pelo Sr. Primo Beck.
Reuniões — Quintas-feiras.
Secretário — Sebastião Veiga.

Consolidação das Leis do Trabalho

Senadores:
Lima Teixeira — Presidente.
Ruy Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNÇÃOARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 29,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as, para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Kerginaldo Cavalcanti.
Othon Mäder.
Ernani Sáuro — Vice-Presidente.
Aarão Steinbruch — Relator Geral.
Tarso Dutra.
Jefferson Aguiar.
Cunha Mello — Presidente.
Moura Fernandes.
Lúcio Leite.
Sylvio Sanson.
Lourival de Almeida.
Raimundo Brito

Mem de Sá.
João Villasboas.
Daniel Krieger.
Sa Tinoco.
Lino de Mattos.

Comissão Mista de Reforma Administrativa

Horácio Lafer — Presidente.
Gomes de Oliveira — Vice-Presidente.
Gustavo Capanema — Relator.
Afonso Arinos — Relator.
Bilac Pinto.
Batista Ramos.
Arnaldo Cerdeira.
Filinto Müller.
Ary Vianna.
Cunha Mello.
Coimbra Bueno.
Juracy Magalhães.
Bernardes Filho.
Secretários: Lazary Guedes e José da Silva Lisboa.

Comissão Especial do Vale do Rio Doce

1 — Benedito Valadares — Presidente.
2 — Othon Mäder — Vice-Presidente.
3 — Atílio Vivacqua.
4 — Jorge Maynard.
5 — Lima Teixeira.
Secretária — Cecília de Rezende Martins.

Comissão de Reforma Constitucional para emitir parecer sobre Projeto de Reforma Constitucional n. 1, de 1956, que altera a Emenda Constitucional n. 2

Atílio Vivacqua — Presidente.
Lima Guimarães — Vice-Presidente.
Gilberto Marinho.
Ruy Carneiro.
Sado Ramos.
Gaspar Velloso.
Lourival Fontes.
Caetano de Castro.
Argemiro de Figueiredo.
Alvaro Adolpho.
Alô Guimarães.

valcanti — Rui Palmeira — Júlio Leite — Lourival Fontes — Neves da Rocha — Juracy Magalhães — Carlos Lindenbergh — Ary Vianna — Sa Tinoco — Paulo Fernandes — Arlindo Rodrigues — Alencastro Guimarães — Caetano de Castro — Gilberto Marinho — Benedito Valadares — Lima Guimarães — Lúcio Prestes — Lino de Mattos — Domingos Velasco — Coimbra Bueno — Sylvio Curvo — Filinto Müller — Othon Mäder — Gomes de Oliveira — Daniel Krieger — Mem de Sá — 44

O SR. PRESIDENTE:

— A lista de presença acusa o comparecimento de 44 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. (Pausa)

A Presidência cumpre, com a mais profunda mágoa, o dever de dar conhecimento ao Senado do falecimento, na noite de 16 deste mês, do onilmente Senador Nereu Ramos, que nesta Casa representava o Estado de Santa Catarina.

As circunstâncias em que se deu a sua morte, em desastre aviatório nas proximidades de Curitiba, comprovaram profundamente a opinião pública do país.

Nereu Ramos conquistara, no cenário político nacional, posição de singular prestígio.

Administrador, deixou o nome ligado a um dos períodos mais memoráveis da vida do seu Estado natal.

Político, distinguiu-se pela coerência, sinceridade e desassombro das atitudes, que os próprios adversários respeitavam, reconhecendo-as sempre inspiradas no mais alto idealismo e no mais puro fervor patriótico.

Jurista, destacou-se entre os mais acatados cultores do Direito Constitucional, especialidade cuja cátedra exerceu na Faculdade do seu Estado.

Ainda está bem viva na lembrança dos brasileiros a sua atuação na Assembleia Constituinte de 1946, como Presidente da Comissão que elaborou o Projeto de Constituição e líder da maioria, missões em que se revelou um guia arguto e seguro.

A Vice-Presidência da República, a que foi conduzido ao fim dos trabalhos da Constituinte, trouxe-o a esta Casa, como Presidente, por cerca de cinco anos.

Do que foi a sua Presidência sabem-no todos os Srs. Senadores: uns porque aqui estavam na ocasião e outros pela tradição que encontraram.

A segurança, o acerto, a imparcialidade e a lucidez das suas decisões sagraram-no mestre no Direito Parlamentar. Dirimindo dúvidas sobre a lei interna, elas fixaram diretrizes que se tornaram definitivas.

Após quatro anos de ausência, que foram outros tantos de louros colhidos na direção da Câmara dos Deputados, voltou ao Senado, onde o voto dos seus pares a alçou à Vice-Presidência da Casa, e, através dela, à Presidência da República, em fase de excepcional gravidade na vida do país.

De novo no Senado, tivemos até há poucos dias o privilégio da companhia do grande cidadão, já então mais curvado ao peso das novas glórias conquistadas no serviço do país, segundo feliz expressão de um dos seus colegas.

Nereu Ramos, bem o sabem os seus nobres pares que há pouco o levaram, comovidos, à última morada, era um raro padrão de honradez, de civismo, de lealdade e de compostura. As funções que exerceu, ele as soube dignificar e elevar.

Recebendo, ao despedir-se da Presidência do Senado, em 1951, expressiva homenagem em que os elogios mais eloquentes partiram dos adversários, referiu-se à sua própria personalidade, na feição que entendia

ATA DA 62.ª SESSÃO DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3.ª LEGISLATURA, EM 18 DE JUNHO DE 1958

PRESIDENCIA DO SR. JOÃO GOULART.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Mourão Vieira — Cunha Mello — Prisco dos Santos — Remy Archer — Victorino Freire — Pádua de Mello — Waldemar Santos — Mendonça Clark — Onofre Gomes — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Kerginaldo Cavalcanti — Georgino Avelino — Reginaldo Fernandes — João Arruda — Apolônio Salles — Novais Filho — Nelson Fermo — Freitas Ca-

mais característica, com palavras quealem como um auto-retrato, declarando-se:

... um homem que a si mesmo já confessou, recordando o conceito de Carnevale de referência a Impalomeni, ter do político apenas o lado exterior, porque a substância era a do líder do direito."

E acrescentou:

"Aí, quicá, a causa determinante de certa intransigência e certa veemência de que se me acocima no defender princípios e convicções. Compensou-me, todavia, da acusação, que não direi injusta, cuidando que elas revelam a vocação do profissional que as circunstâncias do meio e os acontecimentos desviaram de sua verdadeira destinação. Não lamento o desvio, antes a Deus agradeço a mercê, porque me propiciou a felicidade deste instante inolvidável, e me permitiu melhor e mais desinteressadamente servir à coletividade, ao meu Estado e ao meu país."

Tal o cidadão que acaba de desaparecer.

Ao ter conhecimento da sua morte, Mesa tomou todas as providências que lhe cabiam, de acordo com o Regulamento: fez arrumar em um dos salões do Palácio Monroe câmara ardente, de onde saiu o seu enterro nesta manhã; mandou colocar sobre seu esquife coroas de flores como expressão da nossa saudade e designou, para representar o Senado nos funerais, Comissão composta dos Srs. Senadores Filinto Müller, Lima Guimarães, Rui Palmeira, Kerginaldo Javalanti, Jilho Leite, Nivaldo Filho Domingos Velasco.

A Comissão Diretora deliberou comemorar incorporada ao enterro.

Pelo Poder Executivo foram também prestadas as devidas homenagens ao eminente homem público, realizadas na decretação de luto nacional por cinco dias e na prestação de honras militares de Chefe de Estado.

Antes de consultar a Casa sobre levantamento da sessão, na forma prevista no art. 15 do Regulamento, a Mesa dará a palavra aos Srs. Senadores que queiram ocupar-se da pessoa do inesquecível colega desaparecido, ou tributar-lhe outras homenagens.

Acha-se sobre a Mesa requerimento que vai ser lido.

E' lido o seguinte

Requerimento n. 246, de 1958

Sob a profunda emoção do golpe que acaba de ferir a nação, com a morte do Dr. Nereu Ramos, Senador em exercício, e ex-Presidente desta Casa, que desaparece em circunstâncias tão dolorosas, após uma vida que é um padrão de civismo, de desotamento ao país e de dignidade, requeremos, na forma do disposto no Regulamento Interno (artigos 24, 11 e 125, parágrafo único, a, b, e), as seguintes homenagens à memória daquele ilustre brasileiro:

1) Inscrição em ata de um voto de profundo pesar pelo seu falecimento;
2) apresentação de condolências à família, ao Governo e à Assembléia Legislativa de Santa Catarina e ao Partido Político a que pertencia o extinto;
3) levantamento da presente sessão, Sala das Sessões, 18 de junho de 1958. — Filinto Müller. — Gomes de Oliveira. — Juracy Magalhães. — Rui Palmeira. — Gilberto Marinho. — Arindo Rodrigues. — Jilho Leite. — Nivaldo Filho. — Domingos Velasco. — Cunha Mello. — Benedicto Valladares. — Fausto Cabral. — Sylvio Curvo. — Lourival Fontes. — Mourão Meira. — Daniel Krieger. — Prisciliano Santos. — Neves da Rocha. — Kerginaldo Javalanti. — Vitorino

Freire. — Mem de Sá. — Apolônio Salles. — Coimbra Bueno.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Gomes de Oliveira, para encaminhar a votação do requerimento.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

(Lê o seguinte discurso) — (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Como o raio, buscando as elevações, na árvore mais alta da floresta, ou na torre das igrejas, nas cidades, este desastre aviatório, por igual fulminante, cortou os pináculos da vida de Santa Catarina.

Nereu Ramos — o pai dos seus filhos, Jorge Lacerda o mais alto mandatário, na hierarquia administrativa, Leoberto Leal, o mais dinâmico dos seus servidores no Congresso.

E' natural que o imprevisível, haja contribuído para a emoção de que foram dominados os parentes, os amigos, os colegas, o povo em geral, diante do trágico acidente de Curitiba.

Mas, falemos agora, obedecendo o Regulamento, só de uma das vítimas, mas dizíamos uma figura como a de Nereu Ramos, não desapareceria, sem uma grande emoção coletiva, não apenas em Santa Catarina, envolta hoje no crepe das grandes lutas, mas do país inteiro, por onde, em todas as latitudes, o seu nome chegou, como o de uma figura máscula a inspirar respeito e confiança.

Tem-se falado muito e mal dos homens a que se chamam de "políticos profissionais".

Preferíamos, chamá-los "políticos de carreira", expressão que afastaria o sentido menos alto de uma profissão nas atividades públicas, para identificá-la, com o sentido mais dignificante da missão que cabe ao homem público.

Mas que será o cidadão que se volta para a política, nela exercendo a sua atividade, para consumir, às vezes, toda uma vida?

Serão os medíocres, os incapazes de vencer em outros setores da vida?

Seguramente não: — a história política dos povos está cheia de nomes dos mais eminentes pelos dotes de suas personalidades.

E tenho-lo com Nereu Ramos um exemplo flagrante do que são os homens que se entregaram à carreira política, enfrentando trabalhos exaustivos, decepções, riscos, sempre maiores do que as alegrias que ela proporcionava.

Advogado — ele-lo com a melhor banca em nosso Estado — estudioso, trabalhador incansável com a consciência dos profissionais que sabem pesar responsabilidades na defesa de uma causa, Nereu não perde um arresto do tribunal da capital catarinense, acompanhando a jurisprudência que permitisse interpretar com segurança uma lei.

Por isso ele é afirmativo, impositivo mesmo na explanação das razões com que defendia as causas que abraçava.

E' a grande figura das pretorias judiciais, trabalhando no Tribunal de um pequeno Estado, servido por juizes que honrariam qualquer tribunal de grande Estado — um Tavares da Cunha Melo, um Heráclito Carneiro Ribeiro, um Toledo Piza, nomes que bem dizem da estirpe de que vinham — de Pernambuco, da Bahia, de São Paulo.

Nereu haveria aí de ficar à altura deles, para advogar junto a eles, para deles divergir, ou para convencê-los.

Precisaria Nereu Ramos da política para obter melos que lhe dessem vida farta e regada?

Mas a política num plano superior, como ciência social, aquela que na escola spenceriana é a mais geral e mais complexa dos ramos de conhecimento humano, há de atrair sempre, com alguns amêlores vantagens que nela não se criam nunca, os

homens de vocação para o serviço da coletividade, integrando-os na vida deles, dominando-a, avassalando-a.

Ao fim, os compromissos com a vida coletiva, as imposições do dever para com ela, os asservem para fazerem os políticos, os homens públicos, que o povo, a nação aponta como aqueles que a podem servir nas horas de crise social e política e as vai buscar como salvadores.

Nereu Ramos vai para a Assembléia Legislativa do nosso Estado, monta jornal, e envereda pela carreira política com aquele mesmo desassombro e combatividade do advogado.

E' eleito, em 1928, deputado federal, pela corrente oposicionista, — naquele tempo só havia o Partido do Governo e o da Oposição.

Haveria assim de enquadrar-se no movimento revolucionário de 30.

Passaria a ser um "leader" no âmbito nacional.

Constituinte, em 34, deputado depois, vemo-lo governador de Santa Catarina. Ele-lo porém a hesitar no curso da sua carreira política, diante do golpe de Estado em 1937.

Nereu era um espírito que não compreendia a subversão das coisas — que é desordem, é confusão, é ilegalidade.

Continuava — e assim morreu — o homem afeito à disciplina, que controla as ações, à lei que ordena a vida coletiva.

Dias antes, nesta Casa, abria ele, em nossa frente, a pequena pasta que trazia sempre à mão — afora alguns telegramas e cartas, não se continha ali senão exemplares da Constituição e do Regulamento do Senado.

Podia tergiversar, podia errar no trato das coisas públicas, mas era com a lei na mão que ele apreciava ou sentenciava naquele tom de autoridade que poucos ousavam discutir.

Não é de estranhar, por isso, que Osvaldo Aranha, exaltando embora a sua personalidade, observara que Nereu, em 30, não tinha o ímpeto do revolucionário, dos que pensavam e queriam subverter a nação, ainda que num movimento patriótico de reforma dos nossos processos políticos e administrativos.

Também era explicável a hesitação de Nereu quando dos acontecimentos de 37.

Não aceitaria, foi o seu impulso inicial, não aceitaria ser interventor, fora do regime constitucional.

Vencido afinal, ficou interventor, substituindo o governador que não fora eleito, dois anos antes.

E aí, a sua atividade parece encontrar clima próprio.

Não apenas pela faculdade de que dispõe, de agir por vontade própria, que ele a tinha sobejamente forte, mas pela oportunidade que encontrara de fazer leis.

Com aquela acuidade do jurista, o senso do purista da língua, Nereu Ramos se esmera na elaboração de decretos com que disciplina as atividades do governo.

Era o homem da lei com toda a plenitude dos poderes — o de fazê-la e o de cumpri-la, ou de fazê-las observadas por quantos tivessem parcelas de autoridade administrativa.

Mas, ainda o seu espírito de ordem haveria de encontrar outro momento de hesitação — foi quando, a 11 de novembro de 55, se viu chamado pelo chefe daquele movimento, para assumir o poder, como Vice-Presidente do Senado.

Era o modo de consentar a situação criada pelos acontecimentos.

O General Lott, patrioticamente, não queria impor nenhuma autoridade ao país: buscara a autoridade existente, dentro da hierarquia constitucional — o Vice-Presidente do Senado — para repôr o governo na ordem jurídica que fora levado a atulgar.

Mas Nereu Ramos não podia apressar-se.

Não poderia parecer instrumento da legalidade.

E reclama um diploma que o habilita, legalmente, a governar o país.

E só se decidiu a assumir o governo quando o Congresso votou a conhecida Resolução que deu por anulado o Presidente em exercício (Presidente da Câmara) deposto.

Era assim o homem público daquele hora de crise em que a nação, busca o salvador — ele não era apenas o Vice-Presidente do Senado, mas o homem que, pela sua austeridade, pela sua experiência, inspirava confiança aos chefes militares e à nação.

Com Nereu Ramos, pois, salvara-se a ordem constitucional no país, que, depois, se consolidaria na posse dos eleitos para o governo da República.

Ministro de Estado, também a sua investitura na Pasta da Justiça, foi uma imposição das circunstâncias, pela necessidade de ser mantida nos quadros do governo uma personalidade da sua inveterada.

Mas Nereu Ramos não encarnava apenas essa figura excepcional de um político que, pelo seu espírito legalista, pela sua austeridade tanto bem fizeram ao seu Estado e à Nação.

Com método de trabalho, com essa disciplina na execução do seu programa administrativo, o governante em Santa Catarina haveria de ser como foi ali o administrador programado, e com orçamentos equilibrados que ele sabia elaborar e executar, obtendo os melhores resultados.

E o acervo material do seu governo se representa por um sem número de escolas, hoje funcionando, não só no interior, em unidades isoladas, mas em grupos escolares, com edifícios construídos dentro do melhor padrão, por estradas de rodagem que abriram veredas em todas as direções de nosso território, por serviços de água que melhoraram as condições higiênicas de várias cidades, por obras de assistência social que lá estão amparando crianças e necessitados, de toda ordem.

E mais que tudo, a sua obra se representa pelo exemplo, que deixou de seriedade administrativa.

Eis, em largos traços, o homem que se tornou um político de carreira, com capacidade para vencer em qualquer outro ramo de atividade, mas que a política absorveu, para honra de seu Estado e bem da nação.

Tive um momento de separação pessoal de Nereu. Contingências da política a que me vi obrigado, levaram-me a contrapor-me a ele. E só levei a melhor pelas circunstâncias ocasionais que me levaram à criação de um movimento emocional da opinião da maioria catarinense.

Jamais, porém, falei à admiração a que essa figura impar, fazia jus.

E manifestei por vezes a satisfação de vê-lo ganhar, ainda assim, tendo ido, graças a esses eventos para a Câmara, onde vou na Presidência dela, alçar-se à situação que merecia.

E hoje, com o nouco da minha banicada, com o muito da emoção da tristeza que corre o nosso Estado aqui dentro nesta Casa, que ele também serviu no mais alto posto, e referência que a sua memória há de merecer sempre do país e dos catarinenses. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Benedito Veladares.

O SR. BENEDICTO VALLADARES:

(Para encaminhar a votação) — Lê o seguinte discurso — Senhor Presidente, o caminhante que andar hoje desprevenido pelas ruas das cidades e levantar os olhos para as bandeiras a meio-pau, dirá que a nação está

de luto porque morreu um ex-Presidente da República.

Aqueles, porém, que vivem o drama da política, exclamam com mais ênfase: — é porque desapareceu um servidor da Pátria.

No serviço da Pátria se formam os verdadeiros estadistas, isto é, os que sabem encontrar no meio da confusão e das trevas o caminho do interesse coletivo.

Na sua longa carreira, Nereu Ramos teve a oportunidade de revelar as suas excepcionais qualidades de homem público.

Não queremos nos referir ao administrador nem ao político dos dias calmos e bonancosos. Falamos das horas tempestuosas, em que a borrasca ameaçava submergir tudo o que foi construído nos anos do trabalho profícuo e paciente.

Ficou ao lado da revolução de 1937, que instalou no país o regime de uma constituição bem diferente da que nos governa na hora presente.

Dirão: por que o fez, se era democrata?

Não é oportuno, neste momento, a discussão do tema, agravado pelo subjetivismo partidário; e muito cedo para o esclarecimento da verdade.

Podemos afirmar, entretanto, que Nereu Ramos agiu convencido de que estava prestando grande serviço à Pátria.

Homem sincero, despreendido, honesto, bravo e leal, não poderia ter outro objetivo.

Em 1955, é novamente experimentado. Acompanhamos as suas horas de angústia diante do barco da democracia a socorber.

Velho marinheiro, não vacilou em aceitar o sacrifício que se oferecia à pureza de seus princípios jurídicos, para encontrar, com os chefes militares, uma solução que contornasse as dificuldades e salvasse o regime.

Homem simples e modesto, não aspirava ao poder pelo poder; mas como obrigação inerente à função pública.

Na Presidência da Câmara e desta Casa, revelou-se parlamentar à altura dos Parlaentos mais adiantados do mundo.

Como líder, lembrava os políticos da linha de Gladstone, na lógica de seus argumentos e na maneira enérgica de externar as suas convicções.

A sua autoridade nunca vacilou, a sua palavra jamais foi posta em dúvida. Razão por que a sua personalidade impunha admiração e respeito.

Católico praticante, sabia, com Montalembert, que a Cruz de Cristo preside a todos os destinos do mundo moderno; está associada a todas as suas adversidades e a todas as suas glórias.

Com esta invocação, nós, do Partido Social Democrático, nos quedamos contritos e resignados, certos de que a memória de Nereu Ramos não perecerá jamais e o seu exemplo frutificará sempre. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lima Guimarães.

O SR. LIMA GUIMARAES:

(Para encaminhar a votação. Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ante a negra, brutal fatalidade que feriu, com o fragor de uma catástrofe tremenda, a alma da Pátria, roubando-lhe três dos seus filhos mais ilustres, vem o Partido Trabalhista Brasileiro expressar a sua mágoa imensa pela perda irreparável.

E se é verdade que todos os eleitos do fatídico destino nos merecem um sincero e verdadeiro culto de saudade, cabe-nos, entretanto, particularizar neste preito, nesta homenagem o nosso saudoso companheiro de Casa, o eminente Senador Nereu Ramos.

Este nobre homem público, cujas virtudes cívicas e humanas podemos

ressaltar com entusiasmo, encarnava a figura austera do verdadeiro estadista e do político hábil e consciencioso que enriquecia o patrimônio nacional do Partido Social Democrático.

Percorrendo uma longa vida política, desde o primeiro degrau a vereança, galgando de posto em posto toda a gama da representação popular, e passando pelo governo do Estado e pelo Ministério da Justiça, alcançou a culminância da ascensão quando assumiu a Presidência da República, em momento difícil da vida nacional e onde se conduziu com a devida energia, assegurando com a necessária precisão o princípio da autoridade civil.

Ao sentir ao meu lado o imprecioso vazio de sua cadeira, sinto a perturbadora e invencível emoção que nos provoca o irremediável.

Ao deixar aqui a expressão de nossa grande dor, formulamos as preces para que aquele que tão bem serviu e viveu pela Pátria terrena, possa alcançar com suas virtudes, a glória da pátria celestial. (Muito bem; muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Daniel Krieger.

O SR. DANIEL KRIEGER:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a União Democrática Nacional associa-se às grandes homenagens que o Senado Federal, nesta sessão solene, tributa à memória do insigne Parlamentar e eminente homem de Estado, Senador Nereu Ramos. Participa da consternação que domina e conflagra o povo brasileiro e principalmente o Senado da República, porque aqui somam-se aos mais os sentimentos efetivos que nascem e se desenvolvem na convivência fraterna desta Casa.

Sr. Presidente, o Senador que tivemos a desventura de perder no entardecer do dia 16 era indiscutivelmente uma grande expressão no cenário político nacional. Patentava as virtudes clássicas da nossa ancestralidade política: austeridade e proibição.

Todas as posições políticas ocupou-as; e agora, depois de meio século de atividade cívica, não havia em suas mãos o azinhaveiro dos dinheiros públicos. Conservara-se tão honesto como nos dias solares de sua juventude.

Em duas esferas agiu o Senador Nereu Ramos — no Parlamento e em funções executivas. No Parlamento foi inextinguível até o presente e, creio, não poderá ser ultrassado no futuro. Deu-lhe austeridade, saber, a uma linha de conduta admirável. Prestigiu o Congresso em todas as fases decisivas; defendeu as prerrogativas de seus Membros em empenho, com esforço e denodo. E figura Sr. Presidente, Senhores Senadores, para ser guardada como exemplo permanente no Parlamento do Brasil, que tanto soube enobrecer e engrandecer.

O Sr. Fernandes Távora — Dá V. Exa. licença para um aparte?

O SR. DANIEL KRIEGER — Pois não.

O Sr. Fernandes Távora — Preciso dizer agora ao Senado algo do que se passou entre mim e esse grande político, que acaba de baixar à sepultura. Em 1927, acompanhado de Assis Brasil, outro expoente da política nacional, estivemos juntos em Fortaleza, onde Nereu Ramos, em discursos memoráveis, pregava a verdadeira Democracia. Datam daí as nossas relações de amizade, que procurei continuar pelo tempo em fora. Encontramo-nos depois na Primeira Constituinte e também na Segunda. Nossas relações persistiram às melhores e eu só tinha motivos para continuar a admirá-lo. A 11 de novembro do ano passado, depois do que o Senado e a Nação conhecem, voltei nesta Casa contra a indicação de Nereu Ramos

para assumir a Presidência da República. Foi-lhe a descoberto, Terminada a sessão, abracei-o pela honra que lhe era conferida, dizendo-lhe, porém, que, naquele momento, assumia a maior das responsabilidades perante a Nação. O cargo era-lhe outorgado não pela força do direito, mas pelo direito da força; talvez durante a execução desse mandato se houvesse de arrepender da decisão que lhe haviam cometido. Depois de me dizer com um abalar de ombros que não tinha outro jeito senão aceitar o que lhe era imposto, porque considerava um dever de honra, despedimo-nos amavelmente. Assumiu o Governo e o desempenhou honradamente como todos os cargos que exerceu. Ao deixar o Poder e voltar a esta Casa, notei em Nereu Ramos certo ar de melancolia. Parecia dizer-me que encontrara nas minhas palavras algo de real. Se é verdade, é-me impossível decifrar; ente nós existe agora a grande, a impenetrável muralha da morte e o silêncio inviolável da eternidade.

O SR. DANIEL KRIEGER — Nosso Partido muitas vezes divergiu do eminente Senador desaparecido. Outras vezes, deu-lhe exemplar solidariedade; todos, porém sempre reconhecemos a suprioridade de inspiração que lhe ditava os atos: de homem que tinha o imenso e infinito desejo de acertar e de resolver bem, em benefício da Pátria, as conjunturas políticas que se lhe apresentavam.

O Sr. Fernandes Távora — Era, incontestavelmente, um homem digno.

O SR. DANIEL KRIEGER — Merece, portanto, Sr. Presidente e Senhores Senadores, a sua memória o respeito e admiração da União Democrática Nacional.

Direi agora, como remate, o que Seneca afirmava: "a morte é o porto tranquilo do repouso eterno".

Que repouse eterno e serenamente, com as bênçãos e o respeito dos seus candidatos, o eminente Senador Nereu Ramos. (Muito bem! muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI:

(Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, para mim, seria realmente difícil falar, em profundidade, sobre a vida de Nereu Ramos.

Direi, com propriedade talvez, aquilo mesmo que a Zelter disse Goethe: para conhecer uma obra de arte verdadeiramente grande é preciso ter assistido à sua execução.

Não fui parte nos acontecimentos dessa vida de homem público, que tem características excepcionais. Recordo-me, no entanto, que, certa vez, eu o vi, numa caravana política, passar pela cidade de Natal quando nós, os jovens, sonhávamos com a redenção dos costumes de nossa Pátria, sobretudo dos costumes eleitorais.

Era o tributo vibrante, de conceitualística seguro, exprimindo magistralmente seus pontos de vista. Causou-nos profunda e duradoura impressão.

Não posso, no instante em que a vida lhe foi dolorosamente ceifada, declarar que passou pela existência, como diria o grande poeta Keats, construindo sobre água. Não! Alguma coisa ficou; e o que ficou foi um grande exemplo, para todos nós, do homem que serviu, por muitos lustros, com amor e lealdade, a seus concidadãos.

Era um grande espírito, de formação vigorosa.

Nereu Ramos cultivava, no íntimo, a Justiça; talvez tenha sido essa a sua melhor explicação, se lhe quisermos analisar, metódicamente, a personalidade. Nete tudo era forte e decisivo. Os traços a Rembrandt davam, pela nitidez, a explicação de sua vida e a textura de seu pensamento.

Dai por que, Sr. Presidente, neste instante, o Senado Federal rende homenagem ao homem que conheceu admirado através de lutas excepcionais com demonstração clara de seu pensamento, inclinações e atitudes.

Não examinemos a personalidade humana detendo-nos, aqui e acolá, e traços quase apagados. Ao contrário estudemo-la no que tem de expressivo de mais complexo e, sobretudo, naquilo que, dentro de uma existência política, revela os altos pendores, características marcantes da individualidade.

Possuía o ex-Senador Nereu Ramos em alto grau, essas virtudes. Nas horas sombrias, nos instantes mais dramáticos de nossa existência política sofreu a dor cruciante, a tremenda dor da expectativa, como todos nós pela passagem. Consciência jurídica nitidamente jurídica, de formação constitucional robusta, as circunstâncias, os fatos muitas vezes contestáveis, exigiram dele uma resolução, para a criação de possibilidade de que se beneficiasse a coletividade.

Sr. Presidente, no instante a que pouco se referiu o nobre Senador Fernandes Távora, em aparte ao não mais nobre Senador Daniel Krieger encontrou Nereu Ramos um daqueles dramas em que não sabemos o que admirar: se a reflexão madura de quem tem um grave passo a dar, se a consciência de suas responsabilidades para com a posteridade. Sua resolução foi sóbria e máscula, e aqui estamos como exemplo de sua decisão em favor da Pátria e das instituições.

O Sr. Fernandes Távora — Permissão V. Ex.ª um aparte?

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — V. Ex.ª sempre me honra com seus apartes.

O Sr. Fernandes Távora — Quando citei minha conversa com o Senador Nereu Ramos, foi-lhe ao propósito de trazer ao Senado mais um documento da honorabilidade e do patriotismo daquele que hoje já não está mais entre nós.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Agradeço o aparte de V. Ex.ª, peço permissão para dizer que não tirei, de suas palavras, outra conclusão senão a que vem através de sua bondosa explicação.

Sr. Presidente, sabemos nós, que vivemos na América do Sul, a cujo destino político o Brasil não pode fugir, que muitas vezes os homens públicos são tangidos pelas circunstâncias mais ainda que pela própria vontade mas o que torna o homem público admirável ou excepcional, é o motivo a inspiração cívica que afinal vinga no seu propósito.

Nereu Ramos foi sempre homem que sopesou esses motivos, que maduramente refletiu sobre eles, e jamais tomou uma atitude que não a ditasse por sua consciência.

Sr. Presidente, posso compreender os homens que se sacrificam, assim como compreender as vocações apostólicas; tudo isso posso compreender. Posso compreender no sentido divino mente humano, se assim posso usar a expressão, dentro da relatividade que conduz os destinos da sociedade mas incontestavelmente há sempre dentro de cada um de nós, uma razão superior e transcendente, uma formação espiritual que é o substrato dentro do qual se polarizam as nossas intenções e se encaminham os nossos passos.

Não poderemos, portanto, neste instante, dizer que a obra de Nereu Ramos não foi fecunda; não podemos dizer, melancolicamente, repito, que a sua obra se escreveu sobre a água. Não, Sr. Presidente! Ele ficou para nós como exemplo de força e de dignidade, de retidão e de consciência moral.

Quanta vez o eminente Senador Nereu Ramos deu a essa curul que V. Ex.ª brilhantemente ocupa, uma elevação excepcional! As questões de ordem mais intrincadas, ele magistralmente as decidia com a superior-

ridade de que lhe dava sua personalidade incomum.

Aparentemente pareceria arreio, esquivo, talvez, mas dentro dele se abrigava, como já proclamei os sentimentos de um homem justo. Ninguém esperasse dele, por certo, a não ser em crises sentimentais extraordinárias, que só pelo sentimento se avergasse. No entanto, uma certeza poderia existir: a de que, quando a voz da Justiça lhe tocava as fibras do íntimo, a sua decisão era terminativa.

A consciência da Justiça, nessa formação moral e nessa formação política, tornava-a tão invulgar, que a todos nós seduzia e recebíamos a sua decisão *ex auctoritate*. Pois que, realmente, o Senador Nereu Ramos tinha o fogo da paixão que só nessas ocasiões se exteriorizava amplamente.

Vê-lo na Presidência, nessa tribuna magnífica, identificando-se com a sua atitude e com a sua palavra, trazendo-nos a consciência das suas responsabilidades, era para nós não só uma hora, como um prazer, porque os homens, aqueles que podem dar tudo de si e lançar seu pensamento com afinidade comovedora, sobretudo pela energia, esses homens são os chamados e são os escolhidos. E' o que os franceses chamam os *meneurs*, os condutores de povos. Nereu Ramos, sob esse aspecto particularístico, era, com efeito, uma individualidade ímpar. Quem lhe sentiu os efeitos, quem lhe sentiu a dinâmica, quem lhe sentiu a catequese, estes sim, poderão falar com segurança.

Deixemos as inferioridades que, pela condição material, todos nós, temos.

Homens, como poderemos fugir à terra que nos chama e de onde viemos? Há, entretanto, alguma coisa de superior e transcendente, e a isto devemos, nesta ocasião, votarmos-nos, darmos-nos nós mesmos, como exemplo de cordialidade.

O Senado Federal, nesta homenagem que presta à memória de Nereu Ramos, cultiva a dedicação e a lealdade dos seus mais nobres pensamentos para aquele que foi, entre seus Pares, um. Par singularíssimo, pelas suas altas virtudes. Sua probidade e sua dedicação à causa pública eram extraordinárias, como acabam de dar testemunhos honrados e pujantes seus adversários de ontem. Jamais tais predicados lhe foram negados. Nós, os políticos, praticamos a dissensão; é virtude da democracia. Nós, os homens, pelejamos em trincheiras opostas, mas anima-nos um grande ideal, anima-nos um grande pensamento, viva-nos uma grande esperança. Essa esperança, esse ideal, esse pensamento é o de construir um Brasil que possamos legar, honradamente, às gerações que virão.

Sr. Presidente, o Partido Social Progressista, pela minha voz, associa-se às homenagens que o Senado Federal presta a esse grande brasileiro que foi o Senador Nereu Ramos.

(Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Júlio Leite.

O SR. JÚLIO LEITE:

(Para encaminhar a votação — Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente;

O Partido Republicano se associa, com a maior emoção, às manifestações que nesta sessão, estão sendo prestadas à memória do Senador Nereu Ramos.

Na vida republicana, Sr. Presidente, poucos brasileiros tiveram na história do país lugar de tanto destaque, de tanta projeção, quanto o saudoso Senador Catarinense.

Deputado estadual em seu Estado, deputado federal, governador do Estado, Interventor Federal, Senador, Ministro de Estado, Vice-Presidente da República e Presidente da República, em exercício, tais as fun-

ções exercidas por S. Ex.^a na sua longa vida pública.

Em qualquer desses postos S. Ex.^a se houve com maior dignidade, honrando, pelos seus atos, o seu mandato.

Homem de ação, dotado de raras qualidades de comando, soube criar, em torno de si, aura de prestígio, que lhe deu as insígnias de chefe de partido.

Sensível às manifestações de inteligência e de caráter, ele procurou cercar-se, quando no governo e depois na Interventoria de companheiros que o ajudaram na direção dos negócios do Estado a fazer uma administração fecunda em realizações, honesta em seus propósitos, e hoje, tantos anos decorridos, paradigma de uma administração modelar.

Os seus dados biográficos enchem as colunas dos jornais. Os oradores que, aqui, pelos seus partidos, reverenciam a sua memória, estão pon-do em destaque particularidades de sua vida — de chefe de família exemplar e de homem público.

Desejo fixar, Sr. Presidente, uma das características que tornam inconfundível essa alta personalidade, a austeridade, a compostura, a dignidade com que presidia às sessões desta Casa, como se fora a encarnação do próprio Senado.

No plenário, despido daquela investidura, era um senador entre senadores, enleando a todos com a fidelidade de seu trato, com a simplicidade de suas maneiras.

A personalidade do Senador Nereu Ramos, Sr. Presidente, exercia um singular fascínio sobre os políticos vindos da Província e que, aqui, se acercavam dos vultos que ocupavam os altos postos da administração pública.

A sua participação ativa em dois grandes movimentos que abalaram a Nação Brasileira aproximando os nossos costumes políticos — a campanha da reação republicana sob a liderança de Nilo Peçanha e da Aliança Liberal, como um dos seus condutores — deu a S. Ex.^a uma projeção que extravasou das fronteiras de seu Estado.

Mais tarde, outras atitudes de S. Ex.^a, dentre as quais, a que lhe emprestava o desempenho das altas funções de Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, criaram para S. Ex.^a, no consenso do povo brasileiro, a mística do homem forte, que, em momento de perigo para instituições, seria uma reserva com que a Nação poderia contar.

Quem o visse no desempenho das funções de Presidente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, ou ainda, em reuniões conjuntas das duas Casas, em que ele parecia simbolizar a própria majestade do Poder Legislativo, não poderia duvidar da sua capacidade, do seu discernimento, do seu espírito público.

Morre S. Ex.^a em plena luta, quando voltava de Santa Catarina, onde fora assistir à Convenção de seu partido.

Não o chamara ao seu Estado interesses pessoais seus.

Seu mandato não estava a terminar.

O que lhe movia nessa sua derradeira viagem era aquela vocação partidária, traço que como nenhum outro, lhe marcava o caráter.

Político, no mais alto sentido do termo, toda a sua vida Nereu Ramos dedicou à causa pública, a que serviu com rara fidelidade e acendrado patriotismo. (Muito bem!! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Novaes Filho.

O SR. NOVAES FILHO:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisado pelo orador) Sr. Presidente, trago as homenagens do Partido Libertador e, também, meus senti-

mentos pessoais, amigo que fui do saudoso Senador Nereu Ramos, começando por lamentar que nesta hora, em que o Brasil se debate em meio a problemas tão graves, falte à nossa vida pública um homem como Nereu Ramos, que enfileixou, sem dúvida na sua personalidade grandes e excelentes qualidades.

Inteligente culto com bravura cívica, capacidade de trabalho, espírito de resistência e caráter muito forte, Nereu Ramos teve, a coroar-lhe esses invejáveis predicados o reconhecimento unânime de sua honradez, num país em que os julgamentos, são sobre a honestidade dos homens públicos, por vezes apressados e injustos.

Sr. Presidente, não me acode agora à memória, em todo o nosso já longo regime republicano, figura política que haja ocupado, como Nereu Ramos, todas as posições do Executivo e do Legislativo. Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador da República, Vice-Presidente do Senado, Presidente da Câmara dos Deputados, Interventor Federal, Governador, Vice-presidente da República, Ministro de Estado e Primeiro Magistrado da Nação. Chegou o nosso, saudoso e eminente companheiro às mais altas culminâncias da vida política. Numa hora em que se verificara no País a fuga da legalidade, não hesitou em emprestar o prestígio de seu nome e a autoridade da sua vida pública para restauração do Poder Civil no Brasil; e dentro de pouco tempo, graças ao seu grande nome perante a opinião pública, a tranquilidade era resposta em todos os recantos da nossa Pátria.

Sr. Presidente, desejo também ressaltar a maneira edificante por que Nereu Ramos soube, sempre orientar os trabalhos das duas Casas do Congresso e, especialmente, reportar-me ao eminente morto na chefia da Mesa desta Casa, quando aplicava e fazia executar inflexivelmente, a nossa Lei Interna. Colocando em igualdade todos os Membros do Senado, dava alta ligação, e como que revigorava o espírito federativo, de que o Senado é a cúpula do regime. Jamais distinguir Senadores entre Bancadas grandes e pequenas, entre Representações de Estados poderosos e de Estados fracos.

Sr. Presidente, o eminente e saudoso Presidente Nereu Ramos, não só na vida pública situou-se em grandes altitudes, despertando mais que a admiração, os aplausos e a confiança da nacionalização, também e outros ramos de atividade no exercício da advocacia e do magistério, já em palavras magníficas, teve ensino de referir-se, há pouco, o nobre representante Senador Gomes de Oliveira. E se nós deixarmos de analisar Nereu Ramos na vida pública para lançarmos uma ligeira vista retrospectiva sobre as grandes facetas da sua personalidade na vida privada, aí iremos encontrar o Chefe de família modelar, que fez com que sua companheira fosse, como ela disse na sua corda mortuária, a companheira de todas as alegrias que com ele partilhou todas as vitórias e todas as decepções.

Pai daqueles que sabem conduzir a família para as grandes conquistas e bem e da moral sobre a terra, homem firme nos seus princípios e nas suas convicções, nunca se ouviu dizer que Nereu tentasse ocultar, de leve sequer, os seus pensamentos e as suas convicções, nem mesmo para através dessa prática conquistar eleitores em aplausos populares.

Nereu Ramos foi sempre o que refletiu, através da sua vida modelar quer na política, quer na vida privada, repito: Nereu Ramos foi homem de firmeza de atitudes foi homem coerente homem chefe de lealdade. As provas que ele deu nesta vida, em memoráveis acontecimentos da vida católica, lavrando de pú-

blico, sua profissão de fé religiosa, valeram-lhe na hora da morte, nos aqueles instantes angustiosos em que caía para desaparecer da vida, deixou Nereu Ramos, conforme o testemunho que já me deram, quando nas suas mãos encontraram um rosário a melhor prova de sua fé na hora extrema de sua existência.

Devemos todos, Sr. Presidente, deplorar, e muito, a perda do eminente homem público e formular votos para que em vésperas de pleito os Partidos nacionais examinem bem as suas legendas para que o eleitorado, muita vez enganado, não sofra mais inapaz e até mesmo inidêneos nas eleições de 3 de outubro, para preencher as lacunas abertas nos quadros da vida nacional por homens como o Senador Nereu Ramos; ao contrário, traga ao Executivo e ao Legislativo nos Municípios, Estados e Federação, brasileiros de boa vontade, cidadãos dignos, competentes e capazes que deem o melhor penhor e a melhor segurança de sua formação moral para o bem da nacionalidade e sobretudo, para o bem-estar da coletividade brasileira. (Muito bem. Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Domingos Velasco.

O SR. DOMINGOS VELASCO:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente, o movimento da Revolução Republicana, que começou em 1921 em torno da candidatura Nilo Peçanha, abriu grande parcela da jovem oficialidade do Exército Brasileiro para a luta política. Dentre eles, era eu um dos mais obscuros. Foi naquele momento que comecei a conhecer Nereu Ramos; vale dizer, há cerca de 37 anos.

Os movimentos político-militares que se processaram naquela década e se ultimaram em 1930, mais me aproximaram de Nereu Ramos, já na formação do Partido Democrático Nacional, presidido por Assis Brasil, e posteriormente na Aliança Liberal.

Daquelas Movimentos, que realmente transformaram a vida política no País, surgiram homens de todas as tendências. Nereu Ramos tinha a vocação do poder. Seguiu a linha conservadora dos homens públicos; e nós continuamos na planície lutando pelos ideais que se renovavam.

O processo político de uma Nação faz-se assim mesmo — com homens de vocação do poder, como foi Nereu Ramos, e outros, que ficam na luta contínua, fora dele. De qualquer forma, Nereu Ramos foi o expoente desses movimentos, que se pudessem de 1922 a 1930.

Atingiu, como aqui já se ressaltou, a todas as posições a que um homem público pode aspirar; a todas elas, engrandeceu, com sua probidade, inteligência e cultura.

Em todos os países, Sr. Presidente, os que ingressam na vida pública têm que pagar pesado tributo, qual o de terem suas vidas pública e privada abertas ao exame de todos; de terem seus atos submetidos a críticas de todos.

Em nenhum país, porém, os homens públicos pagam tributo mais pesado que no Brasil, onde a crítica não se limita aos atos nem a análise da vida pública de cidadão, mas frequentemente, é apaixonante e envereda pelo caminho das injustiças e das retaliações.

Quando, porém, um homem público da tempera de Nereu Ramos, com cinquenta anos de lutas políticas morre, vemos como toda a Nação, unânime, lhe faz justiça.

O povo — juiz último dos atos dos políticos — rende-lhe espontaneamente sua homenagem como assistimos hoje no Cemitério São João Batista. Centenas de pessoas homenagearam esse homem que atingiu todas as po-

ações, mas que foi discutido, caluniado e injuriado durante sua vida terrena.

Subiu Nereu Ramos aos Céus com as bênçãos do povo brasileiro que, felizmente, tem sido o último juiz e faz com que todos nós políticos do Brasil sintamos que os sacrifícios, as injustiças, as calúnias devem ser sofridos para que fiquemos à altura do juízo do povo brasileiro. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Victorino Freire.

O SR. VICTORINO FREIRE:

(Para encaminhar a votação — Le seguinte discurso) — Senhor Presidente, o pavoroso desastre de Curitiba que vitimou tantos brasileiros ilustres, não poupou da morte a figura preclara e ilustre do Senador Nereu Ramos. Para dizer ao Senado, o que foi sua vida, seria necessário escrever a história da República nos últimos 50 anos. Percorrendo todos os postos da vida pública, como administrador, político e parlamentar, em todos eles se houve o Presidente Nereu Ramos, com a mais indiscutível honradez e espírito público. Caráter afirmativo, jamais abandonou os altos critérios morais que sempre nortearam sua conduta. De temperamento reservado e de certa forma seco, era, entretanto, um homem boníssimo. Não tinha explosões de ódio contra ninguém.

Presidente desta Casa, várias vezes, era de se admirar a alta compostura, exação e isenção com que a presidia.

Ligado a Sua Excelência, nos últimos anos por uma amizade sem limites e uma solidariedade sem reservas, chocou-me profundamente o seu trágico desaparecimento.

Já se abriu hoje a terra brasileira para receber em seu seio fecundo os despojos de quem tantos serviços lhe prestou.

Lá estivemos nós da Bancada do Maranhão, em cujo nome faço, para prestar ao Dr. Nereu Ramos, a última homenagem da nossa saudade e do nosso profundo respeito, homenagem que foi também do nosso Estado e do seu Governador.

Existem, Sr. Presidente, os mortos de cada um e os mortos da coletividade. E Nereu Ramos é, sem dúvida, um morto da coletividade.

Morreu na arena o grande lutador, ainda a serviço do seu povo e do seu Partido, justamente na hora em que orientava e disciplinava os seus quadros para o combate decisivo da vida democrática. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lourival Fontes.

O SR. LOURIVAL FONTES:

(Para encaminhar a votação — Le o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Senhores Senadores, em nome da Bancada da Imprensa desta Casa, venho trazer a nossa saudade.

Uma desgraça se abateu sobre a Nação. O acidente doloroso roubou a vida do melhor dos brasileiros. A dor cega os corações e refugem as possibilidades de esperança.

Nereu Ramos era o homem das horas incertas, das horas difíceis, das horas decisivas. Tombou quando a sua presença era a mais desejada quando a sua voz precisava ser ouvida, quando a sua ação era o anúncio das soluções. Para ele a vida pública era reta e direita. Não temia os imprevistos, não se afugentava diante das novidades, não vacilava entre as suas variações e colorações. Era

fiel aos deveres, leal nas obrigações, perfeito nos compromissos, amante da palavra dada, superior às injustiças e intolerâncias.

Quanta erva brava, quanta planta daninha, quanto cipó malicioso vicejam e florescem na nossa baixa, insignificante e mediocre vida política. E o raio cortou o tronco poderoso, e a fatalidade desfez a sombra protetora, e o destino nos deixou na mais triste das orfandades.

É o que hoje consternados e pesados lamentamos e choramos. Não temos senão o vácuo que não suplrimos do seu convívio, nem o Brasil o espelho duma glória eterna, nem o futuro da pátria as alturas e as eminências duma vida ilustre e dedicada ao seu serviço, às suas causas, às suas honras. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Não havendo outros oradores inscritos para encaminhamento da votação, a Mesa vai consultar o Plenário sobre o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovarem queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Mesa recebeu do Sr. Senador Alvaro Adolpho, que se acha enfermo, solicitação no sentido de manifestar ao Senado o seu profundo pesar pelo falecimento do Senador Nereu Ramos. (Pausa.)

A Mesa associa-se, com ênção, às homenagens que o Senado acaba de votar à memória do inesquecível Senador Nereu Ramos e tomará as providências que forem determinadas pela Casa.

Antes de encerrar a sessão, atendendo a solicitação recebida dos líderes e de numerosos Senadores, convocou uma sessão especial às 16 horas, a fim de que o Senado possa reverenciar a memória de outros ilustres brasileiros vitimados no mesmo desastre.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 15 horas e 50 minutos.

ATA DA 2ª SESSÃO ESPECIAL DESTINADA A HOMENAGEAR A MEMÓRIA DO GOVERNADOR JORGE LACERDA E DO DEPUTADO LEOBERTO LEAL, EM 18 DE JUNHO DE 1958

PRESIDENCIA DOS SRS. JOÃO GOULART E APOLÔNIO SALLES.

As 16 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima. — Mourão Vieira. — Cunha Mello. — Prisco dos Santos. — Remy Archer. — Victorino Freire. — Públio de Mello. — Waldemar Passos. — Mendonça Clark. — Onofre Gomes. — Fausto Cabral. — Fernandes Taboira. — Kerginaldo Cavalcanti. — Georgino Avelino. — Reginaldo Fernandes. — João Arruda. — Apolônio Salles. — Noveas Filho. — Nelson Firmo. — Freitas Cavalcanti. — Rui Palmeira. — Júlio Leite. — Lourival Fontes. — Neves da Rocha. — Juracy Magalhães. — Carlos Lindenberg. — Ary Vianna. — Sá Tinoco. — Paulo Fernandes. — Arlindo Rodrigues. — Alencastro Guimarães. — Caiado de Castro. — Gilberto Morinho. — Benedito Vajnsztes. — Lima Guimarães. — Lincú Prestes. — Lino de Mattos. — Domingos Vellaco. — Coimbra Bueno. — Sylvio Curvo. — Filinto Müller. — Othon Meier. — Gomes de Oliveira. — Daniel Krieger. — Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 45 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Trata-se de sessão especial, convocada a fim de que o Senado reverencie a memória de dois eminentes homens públicos vitimados no desastre de aviação ocorrido no dia 16 deste mês nas proximidades de Curitiba — o Deputado Leoberto Leal e o Governador Jorge Lacerda.

Há sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Requerimento n. 247, de 1958

Pelo falecimento dos Srs. Leoberto Leal, Deputado Federal em exercício, e Jorge Lacerda, Governador do Estado de Santa Catarina e ex-Deputado Federal, ambos vitimados em desastre aviário ocorrido em 16 deste mês, requeremos, na forma do art. 123, parágrafo único, letras b e c do Regimento Interno, as seguintes homenagens à memória desses ilustres brasileiros:

1) inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo seu desaparecimento;

2) apresentação de condolências às famílias, ao Executivo e Legislativo catarinenses, à Câmara dos Deputados e aos Partidos Políticos a que pertenciam os extintos.

Sala das Sessões, 18 de junho de 1958. — Filinto Müller. — Gomes de Oliveira. — Juracy Magalhães. — Ruy Palmeira. — Gilberto Morinho. — Arlindo Rodrigues. — Júlio Leite. — Noveas Filho. — Domingos Vellaco. — Benedito Vajnsztes. — Fausto Cabral. — Sylvio Curvo. — Daniel Krieger. — Lourival Fontes. — Mourão Vieira. — Mem de Sá. — Apolônio Salles. — Cunha Mello. — Coimbra Bueno. — Neves da Rocha. — Kerginaldo Cavalcanti. — Prisco dos Santos. — Victorino Freire.

O Sr. João Goulart deixa a Presidência, assumindo-a o Sr. Apolônio Salles.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Gomes de Oliveira, para encaminhar a votação.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, conjo o rádio — dissera eu, ainda há pouco, no discurso em que homenageei a memória de Nereu Ramos — buscando as elevações, na árvore mais alta da floresta, ou na torre das igrejas, nas cidades, esse desastre aviário, por igual fulminante, cortou os pináculos da vida de Santa Catarina. Nereu Ramos, o maior dos seus filhos, Jorge Lacerda, o mais alto mandatário na hierarquia administrativa; Leoberto Leal, o mais dinâmico dos seus servidores no Congresso.

Jorge Lacerda não era, contudo, apenas um funcionário mais alto na hierarquia administrativa de Santa Catarina, onde vinha servindo ao Estado com inteligência e dedicação dignas dos maiores elogios.

Jorge Lacerda era um moço, que começara recentemente a sua vida pública em nosso Estado; antes se dedicara ao jornalismo e às letras nesta Capital, honrando o nome que levaria para Santa Catarina, através da política, dos prêmios eleitorais, conquistados pela demonstração de sua inteligência, de sua dedicação às causas do nosso Estado, que adotara, nascido que era em outras plagas.

Jorge Lacerda alcançara, em Santa Catarina, popularidade que poucos homens públicos conseguiram, pela franqueza do trato, pela simpatia pes-

soal, pela dedicação que votava à causa pública.

Deputado Federal, representou o nosso Estado durante quase uma Legislatura, servindo à causa pública não só de Santa Catarina, mas de País, com a inteligência e vivacidade que lhe valeram elogios entre os que mais houvesse conquistado.

Desempenhando-se com dedicação inextinguível às causas públicas, sobretudo de Santa Catarina, viajando com a frequência de um homem que quer viver junto ao povo, Jorge Lacerda conquistava corações, grangeava popularidade, afirmava-se definitivamente na vida política de meu Estado, até que, fillado embora a um pequeno partido, se impusera à maior agrégua partidária da sua aliança, a União Democrática Nacional, como candidato mais provável, mais viável para as eleições de Governador, que se feriram faz pouco mais de dois anos.

Num prêmio dos mais rudes, dos mais disputados, Jorge Lacerda conquistava a vitória; podemos dizer, mais pelo seu valor, pela sua popularidade, embora as forças políticas que o apoiavam fossem das mais poderosas. E que a elas juntou o prestígio pessoal auferido nos prêmios anteriores, nas suas caminhadas pelo Estado, na sua devolução à causa pública de Santa Catarina. Foi eleito, derrotando uma coligação que parecia invencível. Continuou a sua trajetória dedicando-se o mais que pôde a coisa pública, a causa do nosso Estado.

Desaparece, jovem, aos quarenta e dois anos de idade, cheio de vida, de inocência e de esperanças que de certo, o levariam ainda muito longe na sua vida pública.

Não é demais que os catarinenses, que os seus co-estaduanos — pois, se havia feito catarinenses pelo coração — nesta hora lamentem profundamente seu desaparecimento.

Leoberto Leal, Sr. Presidente, era uma dessas figuras jovens ainda, pelo muito que podia fazer pelo nosso Estado e pelo Brasil. Começara sua vida pública, onde o conheci, como Secretário da Agricultura e Obras Públicas do Governo Aderbal Ramos da Silva, em Santa Catarina. Ali, pude presenciar de perto aquela vocação do homem público dedicado ao extremo às coisas de sua Pátria. Vivendo dia a dia os problemas que se impunham à solução do Secretariado. Em uma célebre Comissão de Preços que eu presidia, Leoberto Leal, bem mais jovem, mas já com muita autoridade, pela capacidade que estava demonstrando no trato das coisas públicas, percorrendo o Estado, vendo estradas, preocupado com os problemas da agricultura, impunha-se realmente como um dos homens públicos de maior categoria de Santa Catarina. Natural seria, pois, que seu Partido o indicasse para Deputado Federal.

Eleito, veio para o Congresso; e conquistando — todos o sabemos — o cenário nacional pelo seu dinamismo, esforço, capacidade de ação e dedicação às causas públicas, Leoberto Leal passara a ser um líder.

Os benefícios que carregava para Santa Catarina, bem como a confiança que granjeara dos seus coestaduanos, já o apontavam para outros postos; e, de certo, com a popularidade e o conceito de que gozava, haveria de ir longe na carreira política.

Morre, no entanto, também fulminado nesse desastre doloroso para quantos o conheciam e sabem do esforço, dos sacrifícios e dos riscos que os homens públicos correm viajando, como ele o fazia, sem cessar, de avião ou de automóvel, num dinamismo admirável, que bem justifica as simpatias que lhe rodeavam o nome.

Leoberto Leal desaparece, mas ainda, quando sua capacidade de tra-

balho, atividade e energia lhe abriam largos caminhos para uma vida que seria, para ele e para nós, catarinenses, uma glória.

Sr. Presidente, na hora compungente em que lamentamos e choramos a perda de tão ilustres figuras, num desastre fatal e trágico, acorpanhamos, como catarinenses, a dor que hoje punge o nosso Estado, dando através destas palavras sentidas, apelo e solidariedade às homenagens que o Senado rende à memória daqueles eminentes condescidos. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Têm a palavra o nobre Senador Filinto Müller, para encaminhar a votação.

O SR. FILINTO MÜLLER:

(Para encaminhar a votação Não foi revista pelo orador) — Sr. Presidente, inscrevi-me para encaminhar a votação do Requerimento enviado à Mesa, a fim de manifestar, em nome do Partido Social Democrático, a solidariedade de todos os seus componentes às homenagens que o Senado presta às duas grandes figuras desaparecidas no trágico desastre de ontem: o eminente Governador Jorge Lacerda e o ilustre Deputado Leoberto Leal.

Recebi agora, entretanto, delegação de todas as Bancadas componentes da Maioria bem como do Partido Socialista Brasileiro, representado, pelo nobre Senador Domingos Velasco, para também falar em seu nome.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Fala V. Ex.^a, com muita autoridade, também em nome do meu Partido.

O SR. FILINTO MÜLLER — Muito obrigado pela credencial com que V. Ex.^a me distingue.

Sr. Presidente, nada mais teria em nome da Maioria, que referendar as palavras com que o eminente Senador Gomes de Oliveira acaba de traçar o perfil político dos dois eminentes brasileiros desaparecidos. Nêles admiramos a vibração e o entusiasmo com que, em plena juventude, ascendiam na carreira que abraçaram, tudo indicando que suas vidas seriam cheias de serviços à Pátria, à coletividade.

Uniu-se o destino no mesmo fim trágico; já antes, embora temperamentos inteiramente diferentes, Jorge Lacerda e Leoberto Leal tinham pontos comuns, sobretudo nas lutas políticas.

Iniciando suas atividades como médico, voltou-se o Governador Jorge Lacerda para a literatura. Fundou um suplemento literário, que alcançou pleno êxito na Capital da República; e ninguém poderia imaginar que aquele escritor tão brilhante, tão ilustre, com tantas glórias já conquistadas em modo ingressasse no campo árduo da política.

Assim também ocorreu com Leoberto Leal: recém-formado, voltou-se para a administração pública do seu Estado. Administrador eficiente e capaz, era exclusivamente o administrador. Tudo indicava que não se afastaria dessa sua condição de vida para, na praça pública, no contacto com os homens, disputar os cargos eletivos, os cargos de representação popular.

Assim fez também Jorge Lacerda. Ambos deixaram os caminhos iniciais de suas vidas, e foram, junto ao povo, pedir-lhes conferisse o mandato com que haveriam, na Câmara Federal, de defender os interesses do Estado de Santa Catarina.

Quer um, quer outro, Sr. Presidente, disputavam, nas suas agremiações partidárias, a liderança — a que se sentiam com direito. Ambos dirigiam e orientavam seus correligionários; e dentro do espírito de luta que os animava, sempre mantiveram entre si uma atitude exemplar de respeito, condição que consolida a

política e faz com que atráia os homens de coração bem formado.

Jorge Lacerda elegeu-se Governador do Estado; e nesse alto posto revelou-se o grande administrador. Procurou resolver, desde logo, os problemas mais graves e urgentes de Santa Catarina; e de tal forma se houve no desempenho do cargo que se fez respeitado e admirado pela sua gente.

Leoberto Leal não dispunha de cargos executivos; mas, na Câmara dos Deputados, era também, um parlamentar vigilante dos problemas nacionais, sem se esquecer um só minuto da defesa dos interesses de seu Estado natal. Não era afeito à tribuna; parecia mesmo sem ponteiros parlamentares. Trabalhava, porém, como poucos; era nas Comissões que mais se faziam sentir suas atividades; era no contacto amável, mas insistente, com os amigos de todos os Partidos, que ia buscar amparo para as idéias que defendia.

Sr. Presidente, na época em que vivemos, em que é comum o político ver seu adversário quase como inimigo, o exemplo que nos legou Leoberto Leal merece reparo. Não via opositor senão o homem que defendia pontos de vista respeitáveis embora diferentes dos seus; e não tinha o menor acanhamento em a eles se dirigir, quando alguma coisa pleiteava em bem do seu Estado e da Nação.

Jorge Lacerda era também um desses políticos da nova estirpe, que não confundia a política com as desavenças pessoais; fazia a política elevada, única que realmente constrói.

Essas, Sr. Presidente, as razões que nos levam, a nós da Maioria, a render homenagem muito sentida aos ilustres desaparecidos, e a proclamar, com convicção absoluta, que farão muita falta, não só no campo político, mas também na vida administrativa brasileira.

Sr. Presidente, antes de terminar, desejo render homenagem especial à memória de Leoberto Leal, recordando sua atuação nos momentos difíceis da candidatura levantada pelo nosso Partido, em 1955, à Presidência da República.

Em Santa Catarina — todos os Senhores Senadores se lembram — era de grandes dificuldades a situação do Partido Social Democrático. Uma divergência — que respeitamos — enfraquecia a posição da nossa agremiação. Foi quando, então, Leoberto Leal demonstrou alto espírito de luta, grande tenacidade e pugnacidade; e de tal forma se houve, que conseguiu, pelo seu esforço e pela elevada compreensão de Nereu Ramos, reunificar o Partido, para, tória.

No exercício da vice-liderança da Maioria na Câmara dos Deputados, Leoberto Leal pôs à prova, mais uma vez, esse seu espírito construtivo.

Não era, como disse, homem afeito à tribuna; mas o trabalho que prestou, na outra Casa do Congresso, não só ao nosso Partido, como à própria Câmara dos Deputados e à coletividade, merece a gratidão de todos nós. Porque sempre agiu corretamente e com absoluta dignidade. Leoberto Leal grangeou não só o respeito de todos os seus colegas como a admiração e o apreço de quantos compõem sua agremiação.

Sr. Presidente, terminando, declaro que as Bancadas da Maioria do Senado rendem justa e sentida homenagem à memória dos eminentes brasileiros Governador Jorge Lacerda e Deputado Leoberto Leal. Sua falta será por nós sentida. Lamentamos que o Brasil tenha perdido homens tão capazes, que tantas esperanças inspiravam e tanta coragem deixam em nossos corações. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Têm a palavra o nobre Senador Rui Palmeira.

O SR. RUI PALMEIRA:

(Para encaminhar a votação) — Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, difícil é não falar. Difícil é dizer, difícil é exprimir. A palavra cujo poder é infinito perde muita vez a capacidade de expressão. Há instantes assim. Os instantes de dor, por exemplo. Não há palavra que os signifique. Nos seres humanos, ou o gemido que é a dor que extravasa, ou o silêncio que é a dor levada para dentro; mas nas comunidades não há o gemido nem pode haver o silêncio. É a palavra que se recorre, embora insuficiente, embora sem força, para dizer. E que dizer para conceituar a dor de uma Nação que perde, entre outros, três eminentes filhos? Choramos, poderia ser a manifestação; mas o pranto alivia pessoas, porém não deixa conformada uma Nação. Nestes dias ingratos em que o mundo político parece despojar-se seria pouco ante uma tragédia tão brutal apenas afirmar que choramos.

Os povos não têm als de dor. Dentro dela procuram afirmar-se. Consolam-se não com as lágrimas que já correm de seres inconsoláveis, mas procurando encontrar na ausência um traço qualquer que lhes dê uma idéia da presença. Recorrem ao que lhes fica na lembrança de mais ameno e a isso se agarram. Perdem figuras incomuns e lhes vem à memória o que de bom ou de grande fizeram os que pereceram. Já não tendo as pessoas procuram ter-lhe a imagem, isto é, o modelo, o exemplo. Guardam-nas pelo que fizeram. Guardam-nas na memória. Guardam-nas no coração.

A hora em que se perde alguém é o instante de relembrar o que de grande e de bom ao que morreu se deve. É uma atitude natural nos povos como nos seres. As marcas deixadas são os elementos de fixação na memória. Os traços de sua passagem, as realizações, a contribuição que deram ao bem-estar do povo e ao progresso do País, tudo é e deve ser relembrado, como pelos indivíduos são recordados o convívio e as boas emoções. Não é necessário que os homens públicos morram para que se lhes faça justiça; mas a morte, afastando-os, tirando-os do mundo das competições, dos atritos, das emulações, cria condições para que mais sereno seja o juízo que sobre eles se faz. Não que sempre se lhes atribuíam virtudes somente. Errado é o critério de julgar homens como se anjos tivessem sido. Antes, como seres humanos, têm de ser olhados e como tal apreciados. A exaltação às qualidades não pode ser considerada como o desconhecimento dos erros; mas a consciência dos erros não deve implicar negação das virtudes. O que é importante é a predominância destas; o que é admirável, de capaz de sugerir atitudes benéficas para o povo, tenha sido por eles feito.

Quando desaparecem homens que foram dedicados ao povo, homens cujo patriotismo foi digno de ser apontado como exemplo, é um dever exaltar; e não se exalta pela paixão que a dor provoca, mas pelo reconhecimento ao que por eles foi feito.

Há pouco homenageamos a memória de Nereu Ramos. Disseram-se palavras de exaltação a quem foi um grande brasileiro e aqui um grande Presidente.

Agora estamos reunidos para um preito a Jorge Lacerda e Jorge Leoberto Leal, outras duas vidas que a tragédia extinguiu. Um, era o intelectual brilhante que a política seduzira; o homem de sensibilidade, suave, sereno, polido, que pusera a

serviço da causa pública, a sua inteligência. Estava no começo de uma carreira vitoriosa. Era Governador depois de ter sido Deputado Federal. E a gente catarinense sabe com que equilíbrio e com que larga visão dirigia-lhes os destinos Jorge Lacerda.

O outro, Leoberto Leal, era a boa paixão a serviço dos seus ideais. Um lutador denodado, um dos mais eficientes representantes do povo na Câmara dos Deputados.

Sua combatividade, seu devotamento aos interesses da sua gente, seu talento, seu conhecimento dos problemas do Estado e de muitos dos problemas nacionais, asseguravam-lhe um lugar de relevo na política nacional. Era, além disso, um desses seres que têm a vocação de fazer amizades.

Eram moços esses dois destacados vultos que o mundo político perdeu. Deles, era justo esperar ainda muito. O desastre interrompeu-lhes a viagem. O desastre interrompeu-lhes a vida. Rendamo-lhes a nossa homenagem. A homenagem a que têm direito os que souberam viver dedicando boa parte da sua vida à atividade política, tão necessária à edificação da grandeza da Pátria. Consolamo-nos da sua perda com a exaltação da sua memória.

Esses os sentimentos da União Democrática Nacional e do Partido Libertador. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento. Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

A Mesa associa-se às homenagens prestadas ao ilustre Deputado Leoberto Leal e ao nobre Governador Jorge Lacerda, tragicamente desaparecidos na tarde de 16 do corrente mês.

Todos os Membros da Mesa sentem-se comungados por mais esse doloroso golpe, que a Nação acaba de sofrer com o desaparecimento de tão eminentes homens públicos.

Mercê de Deus, mortes como essas não de fazer com que "lhes" seja menos, na lembrança dos brasileiros que, na verdade, aqueles que bem servem à Pátria podem servir a sua vida, traços luminosos de um exemplo a ser seguido pela mocidade que há de vir.

Com esses votos de pesar e de participação nas homenagens que o Senado prestou aos ilustres mortos, vou encerrar a sessão.

Designo para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 19 de junho de 1953

Matérias em regime de urgência

1 — Continuação da discussão única (quanto ao mérito) do Projeto de Lei da Câmara n.º 16, de 1953, que isenta da taxa de contribuição de previdência para os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões as entidades de fins filantrópicos reconhecidas de utilidade pública cujas Diretorias não percibam remuneração (em regime de urgência, nos termos do art. 156, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do requerimento n.º 235 de 1953, do Sr. Cunha Melo e outros Senhores Senadores aprovado na sessão de 10 do mês em curso), dependendo de pareceres das Comissões de Legislação Social; de Economia e de Finanças.

2 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 96, de 1953, que estende aos militares da Marinha incapacitados em consequência de ferimentos em combate ou acidente em serviço ou doença contrada ou agravada no teatro de operações da última guerra, os benefícios da Lei número 2.378, de 24 de dezembro de 1954, e dá outras providências (em regime de urgência, nos termos do art. 156, § 3.º, do Regimento Inter-

no, em virtude do Requerimento número 241, de 1958, do Sr. Cunha Melo e outros Srs. Senadores, aprovados na sessão de 16 do mês em curso), dependendo de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Nacional e de Finanças).

Matérias em tramitação normal

3 — Eleição dos representantes (3) do Senado na Comissão Mista destinada a estudar e sugerir medidas legislativas que regulem a organização político-administrativa, legislativa e judiciária da futura capital da República (criada em virtude do Requerimento n.º 513, de 1957, do Senado, aprovado em 22-10-1957, com aquiescência da Câmara, dada através da Resolução n.º 129, de 1958).

4 — Discussão única da redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 8, de 1955, que aprova os dois Protocolos relativos a emendas à "Convenção sobre Aviação Internacional" (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 235, de 1958).

5 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 199, de 1957, que estende aos proventos de aposentadoria ou reforma motivadas por cardiopatia grave ou mutilação a isenção determinada no § 2.º, letra f, do Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, que regulamenta a cobrança do Imposto sobre a Renda, tendo pareceres favoráveis, sob números 217 a 220, de 1958, das Comissões de Constituição e Justiça de Serviço Público Civil e de Segurança Nacional e de Finanças, com as emendas que oferece de ns. 1-C e 2-C.

6 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 21, de 1958, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas os créditos especiais de Cr\$ 2.000.000,00 e Cr\$ 2.000.000,00 para construção dos prédios das Agências Postais Telegráficas nas cidades de Chapecó e Dourados Estados de Santa Catarina e Mato Grosso, tendo parecer favorável, sob n.º 291, de 1958, da Comissão de Finanças.

7 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 31, de 1958, que regula a situação dos servidores civis e militares candidatos a cargos eletivos ou diplomados para o exercício de mandato legislativo federal tendo pareceres, sob ns. 224 a 226, de 1958, das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; de Serviço Público Civil favorável, com a emenda que oferece, de n.º 1-C; e de Segurança Nacional favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Serviço Público, e apresentando novas emendas de ns. 2 e 3-C.

8 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 32, de 1958, que retifica o art. 1.º da Lei n.º 3.367, de 26 de dezembro de 1957, que concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais a Amália de Carvalho Cunha, filha do ex-professor Felisberto de Carvalho, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 227 e 228, de 1958, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

9 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 73 de 1958, que autoriza o Poder Executivo a doar aos seus ocupantes as porções que integram o terreno situado na cidade de Manaus, Estado do Amazonas incorporado ao Patrimônio da União Federal, em virtude de deferimento

em seu favor de herança jacente da Júlia Costa e Zulmira Amorim, e dá outras providências, tendo parecer favorável, sob n.º 205, de 1958, da Comissão de Finanças.

10 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 80, de 1958, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 30.400.000,00, para atender a despesas com a criação de funções de extranumerário-tarefeiro no Departamento dos Correios e Telégrafos, tendo parecer favorável, sob n.º 206, de 1958, da Comissão de Finanças.

11 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 39, de 1958, que prorroga, pelo prazo de dois anos a vigência do crédito especial de Cr\$ 300.000.000,00, de que trata a Lei número 3.032, de 19 de dezembro de 1956, tendo parecer favorável, sob n.º 231, de 1958, da Comissão de Finanças.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 16 horas e 40 minutos.

Atos do Diretor Geral

PORTARIA N.º 26 DE 13 DE JUNHO DE 1958

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Ary Kerner Veiga de Castro, Oficial Legislativo, PL-6, Luiz do Nascimento Monteiro, Oficial Legislativo, classe "N", Joaquim da Costa, Administrador do Edifício, PL-7 e Antônio Roque dos Santos, Auxiliar de Portaria, classe "J", para constituírem, sob a presidência do primeiro, a Comissão incumbida de fazer inventário de todos os móveis existentes no edifício do Senado, inclusive tapeçaria e objetos de adorno, automóveis, relógios e quaisquer aparelhos considerados material permanente.

Secretaria do Senado Federal, em 13 de junho de 1958. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.

PORTARIA N.º 28 DE 17 DE JUNHO DE 1958

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve transferir o Auxiliar Legislativo, classe "K", Maria José Pacheco Giglio, da Diretoria das Comissões para a da Diretoria do Pessoal.

Secretaria do Senado Federal, em 17 de junho de 1958. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.

PORTARIA N.º 29 DE 17 DE JUNHO DE 1958

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve transferir o Auxiliar Legislativo, classe "K", Vera de Alvarenga Mafra, da Diretoria do Pessoal para a das Comissões.

Secretaria do Senado Federal, em 17 de junho de 1958. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.

PORTARIA N.º 30 DE 15 DE JUNHO DE 1958

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Olga Jagerfeld de Barros, Auxiliar Legislativo classe "J", para ter exercício na Secretaria Geral da Presidência.

Secretaria do Senado Federal, em 17 de junho de 1958. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.

BALANÇO RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 1957

| Receita | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|
| 1.º de janeiro — Saldo do exercício anterior | 13.364.379,20 | |
| 19 de março — 1.ª prestação trimestral | 10.812.500,00 | |
| 19 de março — 1.ª prestação trimestral — verbas: Grupos Brasileiros da União Interparlamentar e da Associação Interparlamentar do Turismo | 1.375.000,00 | |
| 19 de março — Juros c/82 — Caixa Econômica, contados até 31-12-56 | 292.918,10 | 12.480.418,10 |
| 1.º de abril — Venda de papel imprestável | 384,00 | |
| 23 de maio — 2.ª prestação trimestral | 6.147.500,00 | |
| 24 de maio — Venda de papel imprestável | 243,60 | 6.147.743,60 |
| 6 de junho — Devolução de salário-família — 1956 | 750,00 | |
| 20 de agosto — Venda de papel imprestável | 300,00 | |
| 29 de agosto — 3.ª prestação trimestral | 6.147.500,00 | 6.147.800,00 |
| 15 de outubro — Venda de papel imprestável | 303,40 | |
| 7 de novembro — Juros c/82 — Caixa Econômica, contados até 30-6-57 | 227.141,40 | |
| 11 de novembro — 4.ª prestação trimestral | 6.147.500,00 | |
| 18 de novembro — Venda de papel imprestável | 360,10 | 6.375.001,50 |
| 4 de dezembro — "Restos a Pagar de 1956" | 16.566.687,00 | |
| 23 de dezembro — Saldo do doc. n.º 888, despesas alfandegárias com a liberação da automóveis do Senado | 21.277,50 | 16.587.964,50 |
| | | 61.104.749,30 |
| Despesa | | |
| Fevereiro — Documentos de ns. 1 a 73 | 418.892,80 | |
| Março — Documentos de ns. 74 a 130 | 4.446.720,00 | |
| Abril — Documentos de ns. 131 a 245 | 617.118,60 | |
| Maio — Documentos de ns. 246 a 355 | 2.810.753,80 | |
| Junho — Documentos de ns. 356 a 446 | 3.168.775,20 | |
| Julho — Documentos de ns. 447 a 549 | 3.166.872,40 | |
| Agosto — Documentos de ns. 550 a 655 | 832.139,10 | |
| Setembro — Documentos de ns. 656 a 766 | 4.218.663,06 | |
| Outubro — Documentos de ns. 767 a 879 | 2.506.530,90 | |
| Novembro — Documentos de ns. 880 a 984 | 3.217.823,40 | |
| Dezembro — Documentos de ns. 985 a 1.176 | 14.612.640,50 | |
| Soma | 40.016.329,70 | |
| Saldo para o exercício seguinte | 21.088.419,60 | |
| | | 61.104.749,30 |

Seção Financeira da Diretoria de Contabilidade, em 31 de dezembro de 1957. — Luiz do Nascimento Monteiro, Oficial Legislativo, Classe N. — Irene Macedo Ludolff, Chefe da Seção Financeira. — Maria Tavares Barreto Coelho, Diretora da Contabilidade.

BALANÇO RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 1957

Verba para construção do Edifício Sede do Senado Federal

| Receita | | |
|-------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|
| 1.º de janeiro — Saldo do exercício anterior | 35.575.160,20 | |
| 19 de março — Juros c/202 Caixa Econômica contados até 31 de dezembro de 1956 | 578.531,60 | |
| 8 de novembro — Juros c/203 Caixa Econômica contados até 30 de junho de 1957 | 488.307,00 | |
| | 36.641.998,80 | |
| Despesa | | |
| Fevereiro — Documentos de ns. 283-ESF a 295-ESF | 3.332.910,20 | |
| Março — Documentos de ns. 296-ESF a 306-ESF | 3.401.729,20 | |
| Abril — Documentos de ns. 307-ESF a 312-ESF | 712.930,00 | |
| Maio — Documentos de ns. 313-ESF a 316-ESF | 474.784,40 | |
| Junho — Documentos de ns. 317-ESF a 322-ESF | 310.876,60 | |
| Julho — Documentos de ns. 323-ESF a 331-ESF | 2.588.614,40 | |
| Agosto — Documentos de ns. 332-ESF a 340-ESF | 220.601,30 | |
| Setembro — Documentos de ns. 341-ESF a 349-ESF | 674.620,50 | |
| Outubro — Documentos de ns. 350-ESF a 356-ESF | 1.322.303,80 | |
| Novembro — Documentos de ns. 357-ESF a 363-ESF | 860.483,30 | |
| Dezembro — Documentos de ns. 366-ESF a 377-ESF | 1.825.545,50 | |
| Soma | 15.721.399,20 | |
| Saldo para o exercício seguinte | 20.916.599,60 | |
| | | 36.641.998,80 |

Seção Financeira da Diretoria de Contabilidade, em 31 de dezembro de 1957. — Luiz do Nascimento Monteiro, Oficial Legislativo, Classe N. — Irene Macedo Ludolff, Chefe da Seção Financeira. — Maria Tavares Barreto Coelho, Diretora da Contabilidade.